

EDITORIAL

Prezadas pessoas leitoras,

É com grande satisfação que publicamos o volume 6, número 1, de outubro de 2023, da Revista Cadernos UNDB: estudos jurídicos interdisciplinares, cujo o tema norteador desse volume consiste em Instituições Jurídicas e Democracia, contemplando artigos que perpassam pelo estudo do sistema de Justiça, das políticas públicas e das Instituições jurídicas, com ênfase na reflexão sobre desenhos institucionais e reformas, direitos humanos e fundamentais, capacidades individuais, democracia e controle do Estado.

Este número traz oito artigos, cujas autorias são oriundas de diferentes áreas do Direito. Importa mencionar que o Cadernos UNDB tem alcançado pesquisadores de diferentes regiões do Brasil, o que enaltece a qualidade da Revista.

O primeiro texto, intitulado **A PROTEÇÃO AMBIENTAL NA DICOTOMIA CENTRO E PERIFERIA: UM DIÁLOGO A PARTIR DA LITERATURA** é de autoria de Ney de Barros Bello Filho, mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2000) e doutor em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), com pesquisa elaborada na Universidade de Coimbra, Portugal e na Università Degli Studi di Lecce, Itália. Pós-doutor em Direito Constitucional pela PUC-RS. Desembargador Federal junto ao TRF da 1ª Região. Professor em Regime de Colaboração Técnica na UnB e Diretor do Curso de Direito do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB.

O segundo texto, intitulado **RETÓRICA ANTITERROR E PRÁTICAS ANTICONSTITUCIONAIS**: esboço de uma descrição sob a ótica sistêmica é de autoria de Thales Alessandro Dias Pereira, mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Dom Bosco –UNDB. Defensor Público do Estado do Maranhão, titular da 1ª Defensoria do Núcleo do Tribunal do Júri. E-mail: thalespereirajur@gmail.com. Pesquisador do Laboratório DR.IA –Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial da Universidade de Brasília.

O terceiro texto, intitulado PRINCÍPIO AMBIENTAL DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE E A INCONSTITUCIONALIDADE DA PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE NA AQUISIÇÃO DE OURO é de autoria de Gessica Moura Fonteles, Mestranda em Direito, Democracia e Mudança Institucionais do Programa de Pós Graduação em Direito Stricto Sensu da Universidade Federal do Piauí. Advogada membro da Comissão de Direito à Saúde e Apoio ao Idoso da OAB Subseção Sobral-CE (2023). Colunista da Revista Carreiras TI e de Sebastião Patrício Mendes da Costa, Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Piauí –PPGD/UFPI. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –PUCRS. Pós-doutorado em Direito Civil e Filosofia do Direito pela Universidade de Augsburg –Alemanha. ORCID.

O quarto texto, intitulado A TUTELA JURÍDICA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO: limites ao uso de informações verídicas na ordem jurídica brasileira diante da Tese de Repercussão Geral 786 –STF é de autoria de Lorena Nunes Gonçalves, Mestranda em Direito, com bolsa integral CAPES/PROEX, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bacharel em Direito pela UNDB Centro Universitário. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Fundamentais (GEDF/CNPq) e Emmanuel Rocha Reis, Mestre em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutorando em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sob orientação do Prof. Dr. Ingo Sarlet. Bolsista na CAPEX/PROEX. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Fundamentais (GEDF/CNPq). Professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Advogado.

O quinto texto, intitulado BREVES CONSIDERAÇÕESACERCADA EMENDA CONSTITUCIONALNº119/2022: a crise da educação encontra a crise da Constituição Financeira, de autoria de Gabriel Ivo, Mestre e Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Vera Lages Sarmiento Albuquerque Marques, Mestranda em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Alagoas (PPGD FDA/UFAL).

O sexto texto, intitulado O DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA NA AMÉRICA LATINA: O EXEMPLO COLOMBIANO E AS PERSPECTIVAS PARA O BRASIL é de

4

autoria de Igor Martins Coelho Almeida, Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça/UFMA. Professor Adjunto I do Curso de Direito, Centro Universitário Dom Bosco/UNDB.

O sétimo texto, intitulado *A FISHING EXPEDITION CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERALE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA* é de autoria de Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Mestre e Doutor em Direito (PUC/SP). Professor de cursos de graduação (UnB) e pós-graduação (Uninove) em Direito. Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Alexandre Luiz Amorim Falaschi, Doutorando em Direito pela Universidade Nove de Julho –UNINOVE.

O oitavo texto, encerrando esse número, intitulado *LEI DE COTAS: A constitucionalidade do sistema das cotas raciais no viés da aplicabilidade da Teoria da Razão Pública de John Rawls*, é de autoria de Aline Josy Ferreira Fonseca e Nicole Elisa Castro da Costa, ambas discentes do curso de direito do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB.

A todos os autores expressamos nossos mais profundos e sinceros agradecimentos por suas contribuições, sempre críticas e instigantes, que compõem, de forma organizada ao longo deste volume, um roteiro profícuo à retomada do debate sobre as Instituições Jurídicas e Democracia.

Convidamos todos (as) a realizarem a leitura dos resultados de pesquisa e reflexões trazidas pelas pessoas autoras neste número, certos de que são abordagens essenciais para o avanço da pesquisa científica e para o debate atual e sempre relevante em torno das Instituições Jurídicas e da Democracia.

Uma ótima leitura para todos(as)!

Manuela Ithamar Lima
Editora-chefe

Cadernos UNDB: estudos jurídicos interdisciplinares